ATA DA 212ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

Data: 28 de agosto de 2014.
Horário: 08h30 às 15h
Local: Hotel Nikko - Sala Takumi
Endereço: Rua Barão do Rio Branco nº 546, Centro, Curitiba - PR.
Conselheiros membros – Gestão 2012-2015

	Nome		**Condição**	**Órgãos, Entidades e Instituições.**
	Usuários			
1	Claudiney Batista	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Ausente	Suplente	SINDPETRO
2	Maria Marucha S. Vettorazzi	Ausente	Titular	FETAEP
	Wilson de Souza Silva	Presente	Suplente	FETAEP
3	Jonas Braz	Presente	Titular	CUT
	Ademir Vidolin	Presente	Suplente	CUT
4	Ildemar Gorges	Ausente	Titular	Força Sindical
	Junior Ribeiro da Silva	Presente	Suplente	Força Sindical
5	Giovane Caetano da Silva	Presente	Titular	UGT
	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Suplente	UGT
6	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Antônio Dias Lobato	Justificativa	Suplente	SINDNAPI
7	Livaldo Bento	Justificativa	Titular	MOPS
	Antonio Barrichelo	Presente	Suplente	MOPS
8	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Edna Soares da Silva	Presente	Suplente	ANEPS
9	Marco Antonio Costa Pinheiro	Presente	Titular	Fórum ONG AIDS
	Syrdaria Carvalho Mesquita	Presente	Suplente	Fórum ONG AIDS
10	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDA
	João Maria Chagas	Presente	Suplente	IBDA
11	Amaury César Alexandrino	Justificativa	Titular	DEFIPAR
	Tânia Roseli Minusculi	Presente	Suplente	DEFIPAR
12	Lívia Diniz Sola	Presente	Titular	FAMOPAR
	Sérgio Ferreira Doszanet	Ausente	Suplente	FAMOPAR
13	Jiovany do Rocio Kissilevicz	Presente	Titular	CMP
	Celso Tenami Melchiades	Presente	Suplente	CMP
14	Genecilda Gotardo	Ausente	Titular	MST
	Adaíze Citron da Silva	Ausente	Suplente	MST
15	Márcia Beghini Zambrim	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Antonio Pitol	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
16	Clarice Siqueira dos Santos	Justificativa	Titular	Pastoral da Criança
	Erica Ana Hobold	Presente	Suplente	Pastoral da Criança
17	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA

18	Heliana Neves Hemeterio dos Santos	Ausente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Michely Ribeiro da Silva	Presente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		**Condição**	**Entidade**
19	Mauricio Portella	Presente	Titular	CRF
	Nilson Hideki Nishida	Ausente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Wanderli Machado	Presente	Titular	CRESSS
	Sirleide Ferreira de Mauro	Presente	Suplente	AATO
21	André Luiz Vendel	Ausente	Titular	CRP
	Rubia Daniela Thieme	Presente	Suplente	CRN
22	Antonio Rangel	Ausente	Titular	ABEN
	Nelson Mayrink Giansante	Presente	Suplente	CRM
23	Sonia M. B. F. Krachenski	Presente	Titular	CREFITO
	Vivien Midori Morikawa	Justificativa	Suplente	CRMV
24	Mariangela de Assis Gomes Fortes	Presente	Titular	ABO
	Leonardo Ferreira Filippin	Presente	Suplente	CRO
25	Giordano Pedro de Oliveira	Ausente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Presente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	Sebastião José de Oliveira	Ausente	Titular	SINDPREVS
	José Carlos Leite	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Irene Rodrigues dos Santos	Presente	Titular	FESSMUC
	Solange Izabel Marega Batista	Presente	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		**Condição**	**Entidade**
28	Rosita Márcia Wilner	Presente	Titular	FEMIPA
	Antonio Garcez Novaes Neto	Presente	Suplente	FEMIPA
29	Rangel da Silva	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Ausente	Suplente	FEHOSPAR
30	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Presente	Titular	ACISPAR
	Odete Pegoraro Rosa	Presente	Suplente	ACISPAR
31	Elizabeth Silva Ursi	Presente	Titular	UEL
	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Suplente	UEL
32	Ely de Campos	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Justificativa	Suplente	UEM
	Gestores		**Condição**	**Entidade**
33	Angela Conceição Oliveira Pompeu	Presente	Titular	COSEMS
	Clodoaldo Fernandes dos Santos	Ausente	Suplente	COSEMS
34	Sezifredo Paulo Alvez Paz	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Cleide Aparecida de Oliveira	Ausente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Rene Jose Moreira dos Santos	Ausente	Titular	SESA
	Marise Gnatta Dalcuche	Presente	Suplente	SESA
36	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	Ministerio da Saúde

	Luiz Carlos Mibach	Ausente	Suplente	Ministério da Saúde

1. Expediente Interno

2. Ordem do Dia

2.1 Aprovação da Pauta

2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora

Encaminhamentos Mesa Diretora:

Justificativas e substituições

Leitura de Expedientes

1° Assunto: Aprovação da Ata 209ª Reunião Ordinária do CES/PR de 30 de maio de 2014;

2° Assunto: LOA 2015;

3° Assunto: Avaliação do Evento: VI Plenária Estadual de Conselhos de Saúde do Paraná Conselheiro Euclides Gonçalves;

4° Assunto: Avaliação do Planejamento Estratégico do CES/PR;

5° Assunto: Relatório de Participação na Oficina Regional sobre Financiamento e os 25 Anos do SUS da Região Sul;

6° Assunto: Comissões.

3. Informes

3.1 Informes Gerais.

(F1) Antônio Garcez (FEMIPA) solicita que os conselheiros presentes ergam seus crachás para verificação de quórum. Após contagem, considera o quórum adequado, tendo exatamente dezenove conselheiros presentes às oito horas e trinta e um minutos, mantendo a pontualidade de início da reunião do dia vinte e oito de agosto de dois mil e quatorze. Pede a aprovação da pauta. A mesa pede inclusão na pauta para ser discutida e possivelmente aprovada a ata duzentos e oito de março, o conselheiro lembrou que a ata ficou pronta um pouco depois de ser mandada via correio as atas, porém o Sr. Mauricio ligou logo depois e informou que fecharam mais uma ata, e ele pediu que fosse enviada via e-mail para todos os conselheiros e caso a grande maioria pudessem aprecia-las já seriam colocadas em votação porque o Conselho pretende o mais breve possível estar votando numa reunião, a ata da reunião passada, para que seja discutida a ata enquanto os assuntos tratados estão “frescos”. Então questionou se tinha alguém contra esta inclusão de pauta, da aprovação da ata duzentos e oito. Aguardou por alguns segundos, então pronunciou que como todos estavam de acordo, as discussões da ata foi inclusa à pauta. **D. Rosalina (ASSEMPA)** disse não ser contrária, mas que se trata de uma ponto de pauta. Ela falou sobre a Comissão de educação permanente para apresentação do relatório, seminário, diversas pessoas citaram assuntos como: Acesso ao SUS, CIST, Comissão organizadora da sexta Plenária e apresentação do relatório, Antônio Garcez confirmou que este último já está em pauta, trata-se do terceiro assunto. Continuaram as citações de temas: CIST, Saúde, Vigilância em saúde, Saúde mental, DST e AIDS, Saúde da Mulher, a mesa pediu também a inclusão em pauta do Pleno, das propostas tiradas para serem entregues aos candidatos ao governo do estado do Paraná. Ele pediu permissão a todos os presentes a incluir nas

Comissões: Como primeira Comissão, a Comissão da Conferência da pessoa com deficiência, já que se trata de uma Comissão de uma Conferência que será realizada, e as seguintes são: Comissão de educação permanente, Comissão de acesso ao SUS, CIST, Comissão de vigilância e saúde, Comissão de saúde mental, Comissão DST/AIDS, Comissão de orçamento. Foi questionada a questão da mulher, mas foi inclusa como sendo a primeira Comissão citada. Foi colocado em votação solicitando que os conselheiros favoráveis erguessem seus crachás. Contados, bem como contrários e abstenções. Foi então passado a palavra para a Secretaria Executiva a fim de apresentar as Justificativas e Substituições. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** cumprimentou os participantes e apresentou as Justificativas: Sérgio Ferreira Doszanet (FAMOPAR) Mauricio Portela (CRF) justifica que devido a uma cirurgia ortopédica somente poderia participar desta reunião a partir das dez horas da manhã. Vivian Midori Morikawa, Clarice Siqueira dos Santos (Pastoral da Criança), Livaldo Bento (MOPS), Tereza Maria Pauliqui Peluso (UEM), Antônio Dias Lobato (SINDNAPI), Amauri Alexandrino (DEFIPAR). Substituições: A Rede de Mulheres Negras do Paraná informa alteração na representação deste Conselho que passará a ser representado da seguinte forma: conselheira titular Sra. Heliana Neves Hemeterio dos Santos e como suplente a Sra. Michele Ribeiro da Silva. O Conselho Regional de Odontologia do Paraná informa a substituição de Clayton Celestino Poitevin pelo Sr. Leonardo Ferreira Filipin. O MOPS informa a substituição da conselheira suplente Sra. Sonia Maria Anselmo pelo Sr. Antônio Barrichello. O Sindicato Nacional dos Aposentados informa a indicação de Antônio Dias Lobato em substituição à Sra. Edvirges de Oliveira. O SINDIPETRO informa a substituição do Sr. Valton Witkowski pelo Sr. Claudinei Batista, como titular e Luciano Zanetti como suplente. A ACISPAR informa que a Sra. Odete Pegoraro Rosa será a nova suplente da ACISPAR em substituição da Sra. Paula Heloise Boson. O COSEMS substitui a Sra. Cristiane Martins Pantaleão pela Sra. Ângela Conceição Oliveira Pompeu. E a ANEPS informa a substituição do conselheiro suplente, o Sr. Celso Luiz Gonçalves dos Santos Junior, pela Sra. Edna Soares da Silva. O **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** solicitou que Mauricio da SESA, cite novamente nome por nome os novos para que eles sejam conhecidos pelos demais. Mauricio (SESA) pede que se apresentem: Sra. Michele Ribeiro da Silva, que ainda não estava presente à reunião. Sr. Leonardo Ferreira Filipin, que ainda não estava presente à reunião. Sr. Antônio Barrichello, que se apresentou a todos e foi questionado se gostaria de se pronunciar sobre algum assunto. **Antônio Barrichello (MOPS)** cumprimentou a todos e falou sobre seu retorno ao Conselho agradecendo a todos. Sr. Antônio Dias Lobato, o **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)**, justificou que o Sr. Antônio estava em um congresso em Itapema (SC) e não pode comparecer, mas que no próximo ele estará presente. **Sr. Claudinei Batista (SINDIPETRO)**, que cumprimentou a todos e falou sobre sua volta ao Conselho titular, haja vista era suplente, e justificou que o novo suplente, o Sr. Luciano Zanetti, estava numa atividade sindical e não pode comparecer. Sra. Odete Pegoraro Rosa, que se apresentou e não quis usar a palavra. **Sra. Ângela Conceição Oliveira Pompeu (COSEMS)**, ela disse que deseja poder contribuir com o evento e que veio para somar. **Sra. Edna Soares da Silva (ANEPS),** que cumprimentou a todos e disse que é de Umuarama e que espera contribuir com todos. E por último se apresentando, **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)**, cumprimentou a todos e informou que espera poder somar e contribuir. **Antônio Garcez (FEMIPA)** deu boas vindas aos novos conselheiros e desejou bom retorno aos conselheiros que já fizeram parte do Conselho. Perguntou se havia mais alguém para se apresentar ou justificativas, a **Sra. Sirleide Ferreira de Mauro (AATO-PR)** justificou sua ausência no período da tarde devido ao trabalho. Foi apresentada a justificativa da Sra. Maria Marucha S. Vettorazzi **(FETAEP)** que está em Curitiba num encontro. A **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** justificou sua ausência a partir das nove horas da manhã devido a um curso de negociação que está participando e que se encerrará somente no dia seguinte ao desta reunião e o **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** também irá e retornará logo em

seguida. Este último tomou a palavra e pediu para dar um informe antes de passar para a Secretaria, pois queriam fazer a apresentação das propostas aos candidatos ao governo do estado à noite, mas todos sabem que a partir de hoje às dez horas é o primeiro debate televisivo dos candidatos ao governo pela emissora Band e é um debate extremamente importante para todos os candidatos, então nós fizemos a proposta de fazer uma reunião mais curta no período da manhã, mas não perder a chance de poder ter os candidatos, lembrando que nós aprovamos neste plenário que só poderiam representar desde que fosse da chapa, isso quer dizer, governador, candidato a governador ou candidato a vice-governador. Informo a todos que os oito candidatos confirmaram presença, sendo, parece, que três candidatos são os vices governadores e cinco serão os próprios candidatos a governador que vêm na tarde de hoje. Mais uma vez os candidatos estão mostrando interesse de discutir ou apresentar as propostas para o Conselho Estadual de Saúde e acho que isso é bastante relevante para o nosso Conselho. Lembrando então, que esta Plenária vai o máximo que pudermos no período da manhã e retornaremos um pouco antes das catorze e trinta, pois as neste horário em ponto, o primeiro candidato começará a falar. Nós vamos ter um cronômetro na tela que irá informar os vinte minutos de apresentação de cada candidato, então haverá um intervalo de dez minutos até a saída de um candidato e a entrada de um novo candidato para as propostas. Antes do início nós poderíamos retornar às catorze horas para podermos passar as regras bem certinhas para todos a ordem dos candidatos, o horário de cada candidato que vai estar presente conosco. Passou a palavra para a Secretaria da Mesa Diretora. **Sra. Livia (FAMOPAR),** primeiramente recebemos um ofício da Associação Comercial do Paraná em comemoração ao evento denominado "Outubro Rosa" que será no dia primeiro de outubro e ele está sendo feito presidente do Conselho extensivo a Comissão de Saúde da Mulher. Recebemos um relatório de viagem do Sérgio Doszanet da FAMOPAR referente a um evento que ele foi sobre Educação Permanente nos dias treze e catorze de agosto, este relatório ficará disponível no site. E recebemos um convite para um Seminário da Pessoa Portadora com Deficiência em Curitiba, nos dias doze e treze de setembro de dois mil e catorze e está solicitando um representante do CES, então precisamos escolher um representante do Conselho Estadual para este evento. Foi perguntado se existia algum voluntário ou interessado. O **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que o Mauricio (SESA) recebeu e levou para a Comissão que está discutindo a Conferência de Pessoas com Deficiência, se não houver nenhuma objeção, poderíamos deixar para a Comissão da Conferência citar o nome até porque eles podem basear algo para ser utilizada na própria Conferência. Mas estamos trazendo ao Plenário para que seja decidido por todos juntos. Se ninguém se opuser achamos que é uma boa proposta para alguém da Comissão. **Sr. Jonas (CUT)** cumprimentou a todos e propôs em nome da Comissão que a Sra. Terezinha seja a representante neste evento, pois está em Curitiba e pode agregar a Comissão. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que pensou nela, mas que como está dentro da Comissão e se ela não puder comparecer a Conferência de Pessoas com Deficiência, fosse indicada outra pessoa da própria Comissão de Pessoas com Deficiência. São duas vagas, e parece que dentro da Comissão já tem os nomes e como se trata da região metropolitana, não adianta trazermos pessoas de outra região, pois a discussão girará em torno da região metropolitana de Curitiba (conforme lido no convite). **Sr. João Maria (IBDA)** informou que este Seminário não é somente para a região de Curitiba, **(F2)** e abre mão de ir pelo Conselho, pois já foi nomeado pela APAE de Campo Mourão como representante. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** argumenta sobre deixar para a Comissão decidir. Aí a Terezinha, o Sr. Nilson, João, a Zuleide definem, no convite diz que há uma vaga, mas se houver duas pessoas falaremos com o responsável pelo Seminário para conseguir mais uma vaga. Todos concordaram. Mais um recado das vans: **Sra. Livia (FAMOPAR)**, informou que só haverá uma ida da van ao aeroporto às vinte horas e quinze minutos e para a rodoviária, terá as dezoito horas e trinta minutos e as vinte e uma horas e trinta minutos. Sr. Antônio Garcez (FEMIPA) declara que foi incluído na pauta as propostas

que serão entregues aos candidatos, então, pediu que após a aprovação das atas o próximo assunto a ser discutido sejam as propostas, para haver tempo hábil da Secretaria Executiva montar o documento para ser entregue hoje a tarde. Perguntou se todos estão favoráveis. E a resposta foi Sim. Informou que estava sendo distribuídas algumas propostas. Pediu licença à Plenária e passou a palavra ao vice presidente Sr. Manoel, pois irá representar o Conselho Estadual de saúde na mesa de abertura dos dez anos de política nacional de assistência farmacêutica que está acontecendo no Hotel Nacional Inn e em breve retornarei. Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP) deu continuidade em substituição ao presidente que precisou se ausentar e como ficou definido colocou em aprovação da ata duzentos e nove. Sra. Elaine (SINDSAÚDE) falou que na ata duzentos e nove na linha um cinco sete tem uma declaração de voto do SINDSAÚDE sobre o relatório e pediu que acrescentassem ali no início que “SINDSAÚDE apresenta seu voto” e gostaria de uma correção porque ali fala que são vinte e sete votos a favor e uma abstenção, sendo que ela declarou voto contrário e não tem este registro. Na linha um cinco sete desta ata ela informa que precisa de correção, pois é um voto contrário do SINDSAÚDE com declaração de voto onde ela faz a declaração. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** agradece a conselheira, e diz que a secretária já está anotando os pontos e que a ata será corrigida. Continua em discussão a ata número duzentos e nove. Aguardou-se alguns minutos, ninguém se pronunciou. Então declarou-se favorável à ata duzentos e nove, levando-se em consideração as correções da citadas pela conselheira Elaine. Aprovada a ata duzentos e nove sem votos contrários nem abstenções. Colocou então em aprovação da ata duzentos e oito, esta que foi citada pelo presidente como tendo sido enviada recentemente por e-mail aos conselheiros pela Secretaria Executiva do Conselho e foi aprovada a inclusão na pauta desta reunião. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** declarou que nas linhas dois meia nove e dois sete zero o Jeremias em seguida o Neto colocam em votação o parecer da Comissão de orçamento com as inclusões do que a Comissão de orçamento debateu. E o texto da resolução está no site do Conselho Estadual, mas ele não consta na ata. Então pede que aquele texto da resolução do Conselho Estadual a respeito da IFIM e das leis de diretrizes orçamentárias, deve ser incluído na ata. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** questiona a sugestão da Sra. conselheira. A Sra. **Elaine (SINDSAÚDE)** sugere então que, na linha dois meia nove, tem ali, o Neto coloca em votação o parecer da Comissão de orçamento e a proposta de resolução e inclua o texto da resolução que já está no site do Conselho Estadual. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** questiona ao Sr. Mauricio se realmente está de fato no site à resolução citada. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** informa que realmente só resta incluir o texto da resolução na ata, mas já está no site do Conselho. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** diz que continua em discussão a ata número duzentos e oito. Aguarda alguém se pronunciar e questiona se falta mais alguma inclusão. E declara com o compromisso do Secretário Executivo em incluir o texto da resolução na ata, pergunta se os conselheiros estão favoráveis a esta ata. Sem contrários nem objeções, a ata duzentos e oito foi aprovada. Passou então para o próximo tópico da reunião: E lembrou que a tarde os candidatos ao governo estariam presentes na reunião, então a mesa com mais alguns companheiros se reuniram e fizeram algumas propostas para serem apresentadas para avaliação dos candidatos. Essas propostas foram entregues aos conselheiros, e passaram a leitura para debate. Informou que qualquer alteração deve passar para a Secretaria Executiva afim de que possam elaborar com os padrões do Conselho e entregarmos a tarde para os candidatos. Pedimos inclusive que se mantenham aqui a tarde, pois será muito importante. Proposta do CES PR aos candidatos ao governo do estado do Paraná. Primeiro, garantir o compromisso do governo do estado em manter a dotação orçamentária e o repasse dos recursos da saúde conforme previsto na Lei Complementar número um quatro um de dois mil e doze nos projetos e propostas, ações e convênios já pactuados e aprovados pelo CES Pr. Segundo, manter e ampliar as ações nas seguintes redes, já constantes no plano Estadual de saúde do estado do Paraná: Rede

Mãe Paranaense, Rede Paraná Urgência, Rede da Saúde Bucal, Rede da Pessoa Idosa, Rede da Pessoa Portadora de Deficiência, Rede de Saúde Mental, Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e Centros de Atendimento à Pessoa Idosa. Terceiro, manter e ampliar os seguintes programas: APSUS, Atenção Primária no SUS, Programa de Qualificação de Atenção Primária o COMSUS, Programa de Apoio aos Consórcios de Saúde HOSPSUS, Programa de Apoio aos Hospitais Públicos VIGIASUS, Programa de Apoio a Vigilância Sanitária e Farmácia do Paraná. Quarto, criar e implantar a política Estadual de atenção hospitalar integrada as redes de atenção à saúde. Quinto, implementar os centros de especialidades médicas e odontológicas no estado do Paraná. Sexto, garantir a reposição do quadro funcional e sua ampliação para novos serviços. Sétimo, respeitar o CES Pr como instância deliberativa na formulação de estratégias e formulação das políticas de saúde, inclusive aspectos econômicos e financeiros, bem como, os prazos regulamentares para apreciação dos instrumentos de gestão. Oitavo, exigir qualificação técnica para os cargos de gestão em saúde. Nono, manter a política de educação permanente na saúde. Décimo, implementar a política Estadual de saúde do trabalhador. Essas são as dez propostas para entregarmos aos candidatos. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** questionou se essas propostas podem sofrer alteração. Pois sugere que a sétima, com o termo respeitar, está meio fora de foco. Pois há uma legislação específica de composição do processo, e acho que o termo pode ser mudado para “acatar” ou outro termo como: garantir ou reconhecer. Esse termo “respeitar” além de ele ser um tanto impositiva ela está meio desfocada. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** questiona se ele acha que deve ser alterado o termo respeitar e mudar para qual termo? **Sr. José Leite (SINDPREVI)** sugeriu o termo aceitar e outro colega sugere garantir e outro sugere reconhecer, mas o que o colegiado tem uma legislação específica, que já o coloca em uma situação de propositor dentro de todos os quesitos. Então acho que garantir já houve uma proposta de um colega, mas só acha que precisa mudar esse termo respeitar. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** questiona: Qual termo fica melhor: garantir ou reconhecer? Houve um debate acalorado acerca do termo a ser usado e como não houve consenso, o vice-presidente, retomou a fala: informando que precisa ouvir os demais membros do Conselho: colocando a seguinte ordem o José Leite, a Sonia, a Sonia, o Jeremias, depois o Jonas e a Elaine. **Sra. Sonia M. Batista Krachenski (CREFITO)** sugere que na proposta cinco: implementar os centros de especialidades médicas e odontológicas no estado do Paraná. Até em função de já ter sido apresentado, na CIB a questão das especialidades em saúde, centros de especialidades em saúde, sendo que compõe várias outras especialidades não só médicas e odontológicas, sugeriu não colocar apenas estas, mas sim o termo “especialidades em saúde”. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** informou que a secretária está anotando. **Sr. Jeremias (UEL)** disse que a ideia é justamente aperfeiçoar estas propostas e no terceiro item a ideia: manter e ampliar os seguintes programas. Ele entende que são programas novos e estão em fase de implementação ainda e que tem uma série de aprimoramentos a serem feitos, por isso sugeriu que deve mudar o texto para: “manter, aperfeiçoar e ampliar os seguintes programas”. E no sétimo, garantir já está na lei e a lei garante este status, essa condição deliberativa. Sugeriu que “reconhecer” seria o termo mais adequado. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** agradece a colaboração do Sr. José Leite e do Jeremias e só gostaria de saber se essa mudança agrada. **Sr.Jonas Braz (CUT PR)** diz que além do termo “reconhecer” tem que haver um compromisso e que todas as ações de saúde passem pelo Pleno do Conselho e que não vá para o Conselho somente definições já deliberadas e aprovadas. Citou a questão da FUNEAS, e que este seja o compromisso de todos os candidatos de realmente reconhecer o que está na lei e ter o compromisso, senão não adianta. Diz que essa questão é muito séria, a questão do controle social nesta situação. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** concorda e agradece. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** informa que no mês anterior, o SINDSAÚDE não esteve presente por outros compromissos. Questionou se o documento será entregue ou se nos

vinte minutos que cada candidato tem para falar, irão abordar esses dez temas? **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** informou que o presidente irá ler as propostas, entregar aos candidatos analisarem as propostas e darem suas respostas. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** perguntou novamente se nestes vinte minutos eles irão falar sobre isso? **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** responde que sim, exatamente, em seguida eles irão assinar um recibo se eles se comprometam a fazer isso aqui. Eles vão tomar conhecimento. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** diz que se é isso, ela gostaria de fazer alguns adendos. Porque deseja entender para poder propor. Pergunta novamente se será entregue às quinze horas para todos os candidatos e nos seus vinte minutos, eles irão discorrer sobre estas propostas? A Secretaria Executiva disse a ela no dia anterior que é por ordem alfabética. Então o primeiro será o Bernardo Pilotto. **Mauricio (SESA)** esclarece essa questão, serão disponibilizados trinta minutos, mas cada candidato terá vinte minutos sobre seu plano de governo e após sua explanação será entregue para cada candidato as propostas de saúde elencadas pelo Conselho Estadual de saúde. Nos dez minutos restantes, ele irá embora para que não haja encontro com o outro candidato que virá na sequencia. Então ele falará sobre seu plano de governo em vinte minutos e após esta explanação nós entregaremos (o CES) essas propostas que serão aprovadas pelos conselheiros no dia de hoje. Não haverá nenhum debate. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** informa suas considerações. No item dois: diz que não manteria este texto. Porque tem redes que não estão funcionando adequadamente. Por exemplo, a rede Paraná Urgência ou a da Pessoa Idosa ou da Pessoa Portadora de Deficiência, e que aqui tinha que ser Pessoa com Deficiência, ou a da Saúde Mental, informa que em sua opinião precisa de uma análise que vá além do que o relatório de gestão tem mostrado. E proporia o seguinte texto: Realizar a avaliação do impacto nos indicadores de saúde com as ações desenvolvidas nas seguintes Redes constantes no atual plano Estadual de saúde. E listaria todas as redes. E que ao invés de manter e ampliar, pois para isso, é preciso ter um diagnóstico aprofundado. **(F3)** diz que já viu em vários governos que eles fazem seus planos e que tem uma avaliação positiva durante aquele governo e seu sucessor diz que aquela ação não deu certo. Diz que viu isso constantemente não só no governo Estadual como nos municipais e no federal. E aí continuaria o texto depois de elencar as redes, “trazer essa análise para o Conselho Estadual de saúde, para debate e deliberação para compor o plano Estadual de saúde dois mil e dezesseis a dois mil e vinte”. Então faria um texto, mantendo a ideia, mas antes de falar que tem que manter e ampliar tem que avaliar. Então no seu ponto de vista o texto deveria ser: realizar a avaliação do impacto nos indicadores de a saúde com as ações desenvolvidas nas seguintes redes constantes no atual plano Estadual de saúde, mantem todas as redes do texto atual, trazendo esta análise para o Conselho para debate e deliberação para então compor um plano Estadual de saúde. E no item três, ela faria a mesma redação porque de novo, manter e ampliar os seguintes programas, aí fala do APSUS, COMSUS, OPSUS, VIGIASUS ela considera que também precisa realizar a avaliação do impacto nos indicadores de saúde com as ações desenvolvidas dos seguintes programas: falar os programas, trazendo esta análise para debate e deliberação do Conselho Estadual de saúde para compor um novo plano Estadual de saúde. Então nas propostas dois e três eu proponho estas mudanças. Na proposta seis ela propõe “compromisso de garantir a realização de concurso público para ampliação do quadro funcional”. Porque quando falamos em reposição, estamos falando apenas de exoneração ou falecimento. Não estamos falando em novos servidores. Então acredita que na proposta seis tem que ser “compromisso de garantir a realização de concurso público para ampliação do quadro funcional inclusive para ampliação de novos serviços”. A nove, a Sra. Elaine vê que deve avaliar a política de educação permanente em saúde e ampliar esta política. Porque a politica de educação em saúde do jeito que está, ela continua com inúmeras distorções. E também propõe outro texto. E faz dois adendos: um sobre a rede de sangue nova que já falado do problema da hemofilia, a rede de sangue e a questão da vigilância em

saúde com o Lacen, e que é preciso uma análise com o Lacen e do CPPI da rede de sangue, então acho que precisamos incluir alguma coisa em relação a isso e em relação ao FUNEAS. Ela apresenta esses dois questionamentos. E diz ter propostas para eles. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** diz para a conselheira Elaine, que pode redigir os textos e entregar aqui para o secretário Mauricio para então discutir e adequar conforme convier. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** diz que na primeira proposta, ela gostaria de propor colocar no final dela: "e Conferências de saúde Estadual". Porque acontece que muitas vezes as propostas que saem das Conferências e elas não acontecem, não ocorrem. Não somente por causa da secretaria de Estado de Saúde, do gestor ou do secretário, mas muitas vezes o que impede é o governo, ou seja, o Governador que não dá seu aval e não dá sua assinatura embaixo das propostas, então pede que eles tenham também este compromisso com as propostas que são aprovadas na Conferência Estadual de saúde. E lembra que, não é mais pessoa portadora de deficiência, e sim pessoa com deficiência. Então, onde estiver escrito portador, pede para alterar para pessoa com deficiência e que isso é convenção. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** pede para os conselheiros rever em relação às redes. Sobre a rede de doenças crônicas, da pessoa idosa, da saúde mental, essas redes estão em construção porque enquanto consórcio, essa questão de manter e ampliar e essas redes como a Mãe Paranaense, esse ano foi de implantação, em todas as esferas, e isso não é simplesmente ir lá e fazer a rede assim, está sendo treinado em todo o Paraná, em todo o pessoal da saúde, em todos os municípios, está sendo feita a capacitação. Na semana passada, houve treinamento sobre Diabetes e Hipertensão, com um cardiologista de renome para falar para os médicos e para a enfermagem, Segunda feira haverá nova capacitação e dentre esses itens, está sendo investido em pessoas e quando entra outro governo, ele não olha e não analisa. Joga tudo no lixo, tudo o que estes profissionais de saúde treinaram e aprenderam não será praticado, ou seja, dinheiro jogado no lixo. Então, ou nós garantimos essa ampliação e implementação, pois tudo têm vindo para o Conselho, nós somos quem temos que analisar e verificar os indicadores, se os custos benefícios estão compensando. Também falou em nome dos trezentos e noventa e nove municípios do estado onde, há investimentos no APSUS, no COMSUS e se não for dado a garantia da continuidade não teremos como mensurar os resultados com precisão. E com troca de governos, mesmo sendo reeleito, não há continuidade gerando desperdício e retrabalho. Especificamente nas propostas um e três precisamos solicitar continuidade. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** agradeceu e passou a palavra para sra. Terezinha fazer uma réplica. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** questionou a mesa do Conselho e ao secretário do Conselho sobre se foi pactuado a possibilidade de retorno dos candidatos quanto as propostas passadas a eles. E se eles irão devolver os termos de compromissos assinados e quando. Afirmando que eles se comprometem com o Conselho, porque depois eles podem afirmar que tinham conhecimento das propostas mas não tinham o compromisso de honra-las. **Sr. Sezifredo Paz (FUNSAUDE)** questionou quanto ao prazo para envio destas propostas. Pois acredita que deveriam estar discutindo as propostas encaminhadas na data da apresentação aos candidatos e em segundo ponto, não concorda com alguns pontos nas observações feitas pelo SINDSAÚDE em relação às propostas que colocou obviamente manter e ampliar as redes requer analisar as ações nas redes o que continuamente são feitas através dos relatórios, então não vê nenhum problema em manter o texto. Aponta que ninguém no Conselho é contra qualquer uma das redes, o que foram colocadas no item dois. Mas que de fato, manter e ampliar abrange redes que ainda estão em fase de construção o que ninguém desconhece essa questão. É muito importante que fique claro, que ainda está em fase de estruturação algumas dessas redes. No item seis, quando é citado garantir a reposição do quadro funcional, ele cita um novo equivoco por conta do SINDSAÚDE: pois quando sai alguém do quadro, sim é necessária a reposição, e a ampliação é para novos servidores, mas não se falou no texto em manter. E em relação a politica de educação permanente em saúde, é pertinente sim uma política em educação. O

termo usado no texto foi manter, mas como já está feito nos outros pontos a ampliação da política. São propostas muito pertinentes em se ponto de vista e que a Comissão conseguiu sistematizar para todos, são objetivas e em nenhum momento cita programa ou rede que não esteja estruturado. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** alertou ao fato de que terá que ter prazo porque essas adequações não poderão ser feitas após as onze horas, pois caso contrário não haverá tempo hábil. E avisou que as catorze horas e trinta minutos até as catorze e cinquenta o candidato a se apresentar será Bernardo Pilotto do partido PSOL, das quinze as quinze e vinte será o candidato Cida Borghetti, vice do candidato Beto Richa do partido PSDB, das quinze e trinta as quinze e cinquenta será a vez do candidato Gionizio Marinho do partido PRTB, das dezesseis as dezesseis e vinte o candidato será Aroldo Ferreira, vice de Gleisi Hoffman do partido PT, das dezesseis e trinta as dezesseis e cinquenta será o sr Ogier Buchi do PRP, das dezessete as dezessete e vinte Rosane Ferreira, vice do candidato Roberto Requião do partido PMDB e das dezessete e trinta as dezessete e cinquenta, Rodrigo Tomazini do partido PSTU, das dezoito as dezoito e vinte Tulio Bandeira do PTC. Então pediu para os conselheiros agilizarem as correções que julgarem necessárias nas propostas a fim de não atrasar a entrega aos candidatos. Passou a palavra ao Mauricio**. Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** informou que no dia trinta de julho de dois mil e catorze as onze e nove foi enviado um e-mail para todos os conselheiros, reiterando o pedido de sugestões para a elaboração do compromisso dos candidatos junto ao Conselho de Estado de Saúde com prazo de envio até o dia nove de agosto de dois mil e catorze. Sendo que apenas o Conselho Regional de Nutrição do Paraná e a Pastoral da Saúde, encaminharam propostas ao e-mail do Conselho para que fosse elaborado com antecedência o documento com as propostas e encaminhadas aos conselheiros novamente. Por isso não acredita que haja tempo hábil para a elaboração de um novo documento com as propostas apresentadas no dia de hoje para serem apresentadas aos candidatos no período da tarde. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** reviu as inscrições para deliberações sobre o documento com as propostas e passou a palavra a **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)**. Não negou ter recebido o e-mail, porém se foi colocado em debate informa que está fazendo seu papel e não vai se furtar a esse direito. Coloca que o relatório de análise de gestão não tem todos os dados necessários para uma análise aprofundada. Frisa novamente quanto a troca de governos e que um diminui o que o outro fez. Coloca que em nenhum momento falou em não continuar uma rede ou um programa, apenas afirma que deseja avaliar custo versus benefício dos programas e das redes. Ela afirma que é preciso realizar a avaliação do impacto nos indicadores de saúde com as ações desenvolvidas dos seguintes programas trazendo esta análise para debate e deliberação do Conselho Estadual de saúde para compor um novo plano Estadual de saúde. Não acredita que haja divergência e sim complemento ao que está exposto. **(F4)** Em relação ao concurso público, se não for colocado “ampliação do quadro funcional com concurso público”, será precarizado a contratação de novos funcionários. E cita em relação aos agentes comunitários de saúde, de dengue e próprios médicos terceirizados dizendo que não vão atender os pacientes nos hospitais da zona sul e da zona norte, eles faltam plantão e por isso falta médico. Reafirmou que ela deseja a ampliação de novos serviços e que no seu ponto de vista a proposta deve ser assim: “compromisso de realização de concurso público para ampliação do quadro funcional da SESA para garantir o Pleno funcionamento de estruturas públicas já existentes (ou alguém desconhece que o centro de reabilitação tem leitos fechados por falta de pessoal, idem em Ponta Grossa, no Sudoeste do Paraná e as salas cirúrgicas do zona sul e zona norte?) e abertura de novos serviços públicos com equipes completas para garantir a atenção em saúde, é afirmado pela Sra. Elaine que quando fala atenção, não se refere apenas a assistência mas fala do Assem que tem falta de pessoal, fala do vigilância em saúde, fala em todas as áreas. Ela informa que não está dizendo que quem mandou proposta, mandou proposta errada só está fazendo o papel de conselheira e debater o assunto. E por isso recoloca a questão: o CES não vai fazer nenhuma pergunta sobre a

FUNEAS? Não será feito nenhum compromisso se ela vier a funcionar que haja o controle social sobre ela? **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** pediu para a Sra. Elaine trazer as propostas para o secretário do Conselho, e explicou que as propostas foram trazidas para debate da Plenária, não para criar propostas mas sim apresentar elas para a Plenária e fazer as devidas correções. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** informou que fará o encaminhamento para auxiliar na proposta, até porque precisam ter tempo como citado pelo Sr. Maurício, muitas das alterações em propostas são muito importantes, ela sugeriu colocar em votação para não haver perda de informações ou se perder na melhoria das propostas. Citou por exemplo, o caso da FUNEAS, pois parte do Conselho é favorável a ele e parte não é. E a parte de votação é para parar a discussão das três propostas que a Sra. Elaine sugeriu as alterações e dar prosseguimento para as demais propostas. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** concordou com o encaminhamento mas afirmou que precisa ouvir os demais conselheiros que haviam sido citados anteriormente (inscritos na discussão). Só após ouvi-los é que poderia então acatar. **Sra. Sonia Krachenski (CREFITO)** sugeriu votar após a inclusão das propostas sugeridas. Frisou que os conselheiros estão fazendo adendos para melhorar as propostas apresentadas. E concorda que não está aberto para inclusões, concordou com as observações da Sra. Elaine, informando que não há contra pontos com o apresentado. Sugeriu que a votação seja para ver se o texto fica como está ou não. **Sr. Jonas (CUT)** propôs no item dez, com campanhas permanentes de prevenção e combate ao acidente de trabalho, pois as campanhas são mínimas e deseja que sejam ampliados os números de campanhas, pois tem que haver publicidade na questão da saúde do trabalhador e ainda não existe campanha permanente nesse quesito. E acredita que o momento do Conselho é impar e por isso deve apresentar sim as propostas e exigir a garantia de execução para o Conselho ser mais respeitado. **Sra. Rosita Wilner (FEMIPA)** ela apontou sua insatisfação por acreditar que estão desqualificando o trabalho do Conselho. Pois o próprio Conselho não reconhece que fazem apreciação nas redes, quando a Comissão de Acesso ao SUS se reúne um dia inteiro na véspera da apresentação do relatório de gestão, prepara o relatório, debatendo o relatório e quando aprovado é porque acreditam estar fazendo de acordo. Quanto à rede HOSPSUS é feito relatório avaliando os impactos da rede junto aos municípios tem uma Comissão Estadual que também faz este trabalho. Ela apresentou uma série de ações feitas com os recursos liberados para o HOSPSUS. O **Sr. Jonas (CUT)** interveio interrompendo, para ajustar o debate às propostas, uma vez que estava fugindo ao foco, pediu à mesa que observasse este tipo de atitude. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** concordou. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** coloca que no seu ponto de vista muitos candidatos sequer sabem o que está ocorrendo no atual governo no campo da saúde e por isso dificilmente irá assumir qualquer compromisso com estas propostas que estarão sendo entregues a eles. Ele acredita que a intenção é válida, porém alguns candidatos saberão o que fazer com esse documento de propostas. As correções são necessárias no seu parecer, mas maiores delongas serão inúteis. A seu ver trata-se de uma carta de intensão, mas não que seja assumido como compromisso de fato pelos candidatos. **Sr. Sezifredo Paz (SESA)** vê como um passo importante, pois o rol de propostas não contradizem as diretrizes do Conselho. Acredita que uma ou outra proposta pode ter algum adendo, mas podemos dar continuidade ao processo de votação de cada uma das propostas visando o englobamento de todos os pontos levantados, do trabalhador, da educação permanente e do concurso público citado anteriormente. Sugere que passem imediatamente para a votação, pois acredita que todos tem o consenso de que as propostas são consistentes. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** informa que já há uma proposta de encaminhamento colocando em votação as palavras. E informa que as correções serão citadas na votação e que as ideias de novas propostas também. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** informa que acatou a opinião de retirar a proposta do FUNEAS. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** continua dizendo que a votação será para acatar as dez propostas como foram lidas, ou se serão acatadas com

as correções que irão sugerir. Se na votação for acatado com as correções, o secretário do Conselho Sr. Mauricio com algumas pessoas irão alterar e às onze horas será feita nova votação. O texto original foi colocado em votação, causando burburinhos entre os conselheiros. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** sugere colocar a votação, altera o texto original ou não. Se sim, então vai para as alterações e deliberações. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** reafirma que são correções, alterações não há tempo hábil. Foi colocado em votação se o texto deve ou não sofrer correções. (F5) Colocado em votação se deve seguir o texto original. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** sugere colocar a votação, se inclui novas propostas ao texto original ou não. Se sim, então vai para as inclusões e deliberações. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** coloca em votação se o texto deve ou não ter inclusões de novas propostas. Colocado também os conselheiros contrários as inclusões de novas propostas e abstenções. Aprovado as correções do texto. Fato que gerou burburinho e insatisfações entre os conselheiros, o Sr. Manoel novamente toma a palavra e informa que o processo é democrático e por isso ganha a maioria. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** pede que a mesa reveja o processo de votação, pois da forma como fora feito confundiu os conselheiros, sendo somente uma correção do termo “pessoas portadoras de deficiência” para “pessoas com deficiência”, já a inclusão de proposta seria a proposta citada pela conselheira Elaine, uma vez que ela alterou todo o texto gerando uma nova proposta. Alteração de texto da proposta, melhorando a proposta, aí sim, teriam várias correções. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** afirma que está encerrado a votação e que o Sr. Mauricio já está procedendo as correções devidas e para tanto as onze horas serão apresentadas as propostas corrigidas para nova deliberação. Sr. Manoel deu abertura a um novo assunto da pauta da reunião: A LOA dois mil e quinze. **Sra. Maria Leonor Paulini (representante do diretor geral da Secretaria o Dr. Rene)** iria apresentar a proposta orçamentária da secretaria para dois mil e quinze, mas ao receber os tetos orçamentários das secretarias na ultima terça-feira. Impossibilitando a elaboração da proposta orçamentária para o Conselho apesar de já ter havido algumas reuniões e acertos de tetos orçamentários internos. A proposta é que seja apresentada na próxima reunião do Conselho uma vez que a Secretaria da Fazenda deu um prazo de duas semanas para o fechamento da proposta da secretaria da saúde e demais secretarias e somente após este prazo é que há possibilidade de encaminhamento. Ela informa que o prazo para a Secretaria da Fazenda encerra no dia dez de setembro e que no dia vinte e seis de setembro, próxima reunião do Conselho, seria possível apresentar a proposta orçamentária. **Sra. Irene (FESMUC)** pediu para registrar em nome da entidade que representa sua decepção com o Conselho, pois no ano anterior foi pronunciado que a LOA foi para a Assembleia Legislativa sem que tivesse sido aprovado em Plenária e foi discutido que era imprescindível e obrigatório que o Conselho aprove antes de ir para a Assembleia. Pediu que o fato não se repita, pois a tempos estão pedindo que a proposta orçamentária seja aprovada pelo Conselho antes de seguir os tramites devidos, debatendo e garantindo que o investimento de doze por cento seja respeitado na LOA de dois mil e quinze para a saúde. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** questionou a Sra. Irene se dia vinte e seis de setembro haverá tempo hábil para apreciação do Conselho quanto à proposta orçamentária da LOA uma vez que no dia trinta de setembro é a data limite para envio da LOA pelo governo à Assembleia Legislativa, levando em conta que ainda precisará fazer as alterações na LOA sugeridas pelo Conselho e ainda tramitar pela Secretaria de Planejamento, a Casa Civil, Secretaria de Finanças e Procuradoria Geral do Estado irá aprovar em apenas dois dias úteis sendo que normalmente as reuniões do Conselho são as sextas-feiras? Ela mesma responde que tem certeza que não e sugere uma reunião extraordinária para que possam conhecer a LOA e debater em tempo hábil para que as alterações sejam feitas e serem aceitas pelo poder Executivo. Pois há anos é falado e alertado que em julho ou agosto já se deve ter a construção da LOA, para em setembro o assunto estar debatido seja na Comissão de orçamento, seja no Pleno do Conselho. Cita problemas encontrados pela Comissão orçamentaria de valores empenhados

e não pagos no primeiro quadrimestre de dois mil e catorze e que acredita este valor deverá ser considerado na LOA dois mil e quinze. Para encerrar, pede uma data para o gestor da SESA uma data de pelo menos quinze dias antes da entrega a Assembleia Legislativa para agendar uma reunião extraordinária e debater a LOA. **Sr. Sezifredo Paz (SESA)** informa que dentro do governo é possível agilizar o tramite da LOA dentro dos quatro dias a partir do dia vinte e seis de setembro, mas que no dia onze eles entregarão ao Conselho este documento e sugere os dias dezenove ou vinte e dois para realização da reunião extraordinária. Ele explica que o que foi citado pela colega, sobre aos valores não pagos se devem ao fato do orçamento só abre após o carnaval e que por isso está com este valor e que ele não deve ser incluso na LOA de dois mil e quinze em respeito à Lei um quatro um. Pede desculpas, mas informa que a data de entrega no dia onze é um fato que está acima da SESA. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** confirma junto ao secretário do Conselho Sr. Mauricio se é viável a reunião extraordinária no dia dezenove ou dia vinte e dois. **Sra. Rosalina (ASSEMPA)** concorda e defende com o Sr. Sezifredo em fazer a reunião extraordinária no dia vinte e dois, pois terão mais tempo para avaliar e levando em consideração que já existe uma pauta a ser discutida na reunião ordinária do dia vinte e seis. **Sr. Jeremias (UEL)** propõe a antecipação da reunião ordinária do dia vinte e seis e sequenciar com a extraordinária para os dias vinte e dois e vinte e três, **(F6)** pois não vê razão para vir dia vinte e dois e retornar novamente no dia vinte e seis. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** sugere a reunião extraordinária no dia vinte e dois e no dia vinte e três fosse antecipada a reunião do Pleno. Ou dias vinte e três e vinte e quatro. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** propõe a reunião extraordinária no dia dezessete ou dezoito para garantir maior prazo de análise. E os conselheiros poderiam se organizar melhor para participarem das duas reuniões e discutirem melhor. Bem como poderia ser feito uma discussão das oito e meia às dezesseis horas e depois os conselheiros poderiam ir até a Assembleia para fazer um trabalho junto aos deputados e deputadas para a tramitação desta LOA. Mantendo a ordinária no dia vinte e seis. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** junto com **Sra. Elaine (SINDISAUDE)** explanam sobre as melhores datas, discorrendo sobre semana do dia quinze ou semana do dia vinte e dois. **Sra. Rosalina (ASSEMPA)** concorda com as datas dos dias vinte e dois e vinte e três para que tenham tempo hábil de preparar pauta da reunião ordinária e haver tempo para a entrega da LOA. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** sugere que seja na mesma semana preestabelecida, pois quando foi fechada a agenda de reuniões assumiu compromissos que não tem como negociar, e se for à mesma semana fica mais fácil. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** informa que é importante ouvir a todos, já que a LOA já era para ter sido apresentada. **Sr. Sezifredo Paz (SESA)** explana que entregando a LOA dia onze, os conselheiros terão tempo maior até dia vinte dois ou vinte e quatro, bem como poderá ser marcado dia vinte e quatro reunião extraordinária para a LOA, dia vinte e cinco para Comissões e dia vinte e seis para a ordinária para não atrapalhar tanto a agenda. **Sra. Irene (FESMUC)** pediu para falar as datas por partes para que possam entender melhor as propostas. Depois pediu que fossem as reuniões agrupadas mesmo, por conta das custas de deslocamento dos conselheiros para estas reuniões. Primeiramente poderia ser consensual a decisão de juntar as reuniões e após consensuar as datas. Sugere as datas vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** alega que precisam verificar a dinâmica de hotel para poderem definir as datas e que o Sr. Mauricio já tinha ido verificar essa questão. Pediu para suspender esse assunto e prosseguir com a pauta até o Mauricio retornar com um parecer. O terceiro assunto da pauta é avaliação do evento da sexta Plenária Estadual de conselheiro de saúde do estado do Paraná. **Sr. Amauri Lopes (ANEPS)** agradeceu pelo evento e participação bem como pelo êxito. O número de conselheiros estaduais foi bem expressivo, bem como de conselheiros municipais. **Sr. Marcos (Fórum ONG AIDS)** apresentou slides e leu na íntegra o material da programação e palestrantes e assuntos abordados no evento, com seus números de participantes e eleição das mesas diretoras de

cada macro. **(F7)** Continuado a apresentação referente ao evento. Foi falado sobre as macros regionais, palestras e mostra de fotografias do evento. Com o retorno do presidente da mesa do Conselho Estadual de saúde **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** este apresentou seu parecer quanto ao evento em debate, falou que a Plenária foi muito interessante acerca da conversa com os Conselhos municipais para que eles voltem seus olhares para a atenção primária da saúde e não apenas olhem para o que o Conselho Estadual devia fazer, pois assim eles podem entender a importância da atenção primária à saúde. **Sr. Amauri Lopes (ANEPS)** agradeceu novamente a todos pelo apoio e que espera a próxima etapa de capacitação não fique somente em propostas e sim tenham reais repercussões entre os Conselhos no âmbito municipal, Estadual e federal. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** questionou o Sr. Mauricio referente a data do hotel para decisão da data das reuniões extraordinárias e ordinárias para o mês de setembro. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** respondeu que conforme as possibilidades de hospedagens e salas junto a FUNPAR, dias vinte e quatro a reunião extraordinária, vinte e cinco a reunião das Comissões na FUNPAR e dia vinte e seis a reunião ordinária. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em votação. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** informou que pensando em controle social, estas datas no seu ponto de vista é muita em cima da hora, tendo em vista que a LOA deve passar pela PGE, pela SEAP, pela Planejamento, pela Fazenda e tudo mais, não sendo possível alterar nada. Questiona se não é possível pelo menos a reunião extraordinária ser de um dia sem hospedagem sendo das treze horas as dezenove horas? **Sra. Edna (ANEPS)** questiona ao Sr. Sezifredo se mesmo sendo dias vinte e três e dia vinte e quatro é possível passar pelas secretarias faltantes. **Sr. Sezifredo (SESA)** responde que sim, que é possível tramitar no governo, pois terão quatro ou cinco dias úteis. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** pergunta aos conselheiros se eles aceitam que a secretaria e a presidência do Conselho tentem adiantar para dias vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro. Para tentarem adiantar estas reuniões. Colocado em votação aprovada a tarefa de tentar antecipar as reuniões para dia vinte e dois. Próximo assunto: apresentação do relatório dos vinte anos do Conselho e do seminário de fortalecimento do SUS que a Sra. Quitéria precisa apresentar antes de retornar a secretaria. **Sra. Quitéria (SESA)** informa que foram apresentados dois relatórios de eventos efetuados em maio para a Comissão de comunicação e que há uma proposta. Ela explicou que foram dois eventos realizados juntos: Os vinte anos do Conselho e do seminário de fortalecimento do SUS. Para o seminário, houve mais de duzentos e cinquenta e nove inscritos, mas de fato cento e noventa e quatro participantes estiveram presentes ao evento. E por consenso na Comissão foi decidido separar a comemoração dos vinte anos do Conselho, pois o auditório da Federação Espirita do Paraná estava cheio, com cerca de trezentos participantes no dia vinte e sete à noite, no entanto nem todos os participantes assinaram a lista de presença, então o número está aquém da quantidade de participantes reais no evento. Foram citados os homenageados e os cinco que não estiveram presentes a homenagem. Foi apresentado relação de fotos históricas. Foi assinada a resolução vinte e cinco de dois mil e catorze que instituiu a nova logomarca. Com relação ao Seminário de Fortalecimento do SUS, tiveram cinco palestrantes convidados, a Sra. Edna informou os temas as palestras e falou sobre o canal saúde. **(F8)** sobre a satisfação do evento, não foi feita pesquisa após o evento, mas que tiveram muitas demonstrações voluntárias de satisfação com os temas e qualidade das palestras apresentadas. Foi apresentada a sugestão da Comissão organizadora, a necessidade de oferecer aos participantes dos eventos promovidos pelo CES PR uma folha de avaliação para que os relatórios sejam fieis ao ocorrido no evento. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** disse que o Sr. Raimundo Machado foi presidente de Conselho e foi totalmente esquecido, não foi citado, nem homenageado. Sugeriu à Sra. Quitéria, que o material dos vinte anos do SUS e notou que este material está sendo usado somente para este evento, mas sugere que seja utilizado em todos os eventos pois faz parte da historia do Conselho. **Sra. Quitéria (SESA)** respondeu que já existe uma demanda a partir da Comissão para construção de um

material, incluindo vídeo e um material impresso dos vinte anos do Conselho. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** respondeu quanto ao ex-presidente Sr. Raimundo Machado, que foi tentado contato com ele, mas sem sucesso. **Sra. Quitéria (SESA)** diz que poderia ser incluso nas homenagens e que isso seria importante, perguntou se há fotos dele. **D. Rosalina (ASSEMPA)** falou que no congresso de saúde publica nos dias catorze a dezesseis a Secretaria Executiva levou um banner com fotos para divulgar as ações. E na Comissão foi proposto tirar o grupo de trabalho, pois o evento não terminou a cartilha, a linha de tempo do Conselho para ser distribuído aos delegados na Conferência e este vídeo citado pela Quitéria. Então na próxima reunião da Comissão será tirado este grupo de trabalho e convidou pessoas de outros grupos para integrar e poder produzir este documento final. **Sra. Quitéria (SESA)** finaliza sua participação compartilhando o convite feito pela Central de Transplantes para no dia vinte e quatro de setembro participar do Fórum Estadual Paraná pela Vida – Campanha Estadual de Doação de Órgãos e Tecidos. Esta na pagina da SESA o link para inscrição e pede ao Conselho indicar pessoas para participar. Sobre isso também, passar um convite para no dia primeiro de setembro, o governo do estado irá lançar oficialmente a campanha de doação de órgãos, num evento no palácio Iguaçu onde haverá a assinatura do termo de cooperação técnica entre as secretarias da saúde, segurança publica, justiça e cidadania e família e desenvolvimento social para o atendimento de pessoas em situação de violência sexual, afim de determinar um novo fluxo de atendimento destas pessoas. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** agradeceu a Sra. Quitéria e disse que é muito importante apresentar os eventos externos ao Conselho, são relatórios que não vão para aprovação mas que é importante todos tomarem conhecimento do que aconteceu nestes eventos. O quarto assunto é a avaliação do planejamento estratégico do CES PR e passou a palavra ao **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** apresentou o planejamento estratégico, começando pela visão do Conselho que é até dois mil e dezesseis ser reconhecido como instância de referencia no exercício do controle social das politicas de saúde. E essa visão, traz como resultado para a sociedade, fortalecer o SUS com equidade e acesso universal aos serviços de saúde com qualidade e também articular as ações do Conselho Estadual com os Conselhos municipais de saúde para fortalecimento do controle social. Dentro deste planejamento estratégico, há três perspectivas: a de gestão, a financeira e a de processo. Em relação à perspectiva de gestão, como objetivo estratégico: fiscalizar e avaliar a execução do planejamento plurianual, do plano Estadual de saúde, da lei de diretrizes orçamentarias, da lei orçamentaria anual e do relatório anual de gestão com base nas discussões e planejamento dos CES. O indicador utilizado é a percentagem do cumprimento de cada instrumento de gestão e a meta é de cem por cento. Sobre isso, como instrumento de gestão há o planejamento plurianual com prazo legal até dia trinta de setembro para ser elaborado pelo executivo, do primeiro ano de mandato e aprovado na casa legislativa até quinze de dezembro também do primeiro ano de mandato. Esse tema foi apresentado na terceira reunião extraordinária do Conselho que foi realizada em cinco de setembro de dois mil e onze. Já o plano Estadual de saúde, ele pode ser elaborado até o final do primeiro ano de governo, com discussão e aprovação dentro do Conselho Estadual de saúde. Foi apresentado na quinta reunião extraordinária do Conselho no dia vinte e três de maio de dois mil e doze. Já a lei de diretrizes orçamentarias, tem como prazo legal, a elaboração por parte do executivo de forma anual, e submetida à apreciação do legislativo até o dia quinze de abril. E a LDO de dois mil e treze foi proposta e apresentada ao Conselho na terceira reunião extraordinária realizada no dia onze de abril de dois mil e treze. A Lei orçamentaria anual deve também ser elaborada pelo executivo, de forma anual e submetida à apreciação do legislativo até o dia trinta de setembro e deve ser votada até o dia trinta e um de dezembro ou na ultima sessão do ano. Foi discutida dentro do Conselho, a proposta orçamentaria da SESA Funsaúde, para o ano de dois mil e treze e ela foi apresentada na centésima nonagésima primeira reunião ordinária do Conselho realizada no dia vinte e oito

de setembro de dois mil e doze. E também para o ano de dois mil e catorze, ela foi apresentada na quinta reunião extraordinária no dia dezesseis de setembro de dois mil e treze. Já o relatório anual de gestão, também possui prazos legais. O primeiro quadrimestre foi apresentado no dia vinte e quatro de maio de dois mil e treze, o segundo quadrimestre foi apresentado no dia vinte e sete de setembro de dois mil e treze e o terceiro quadrimestre e acumulado de dois mil e treze foi apresentado no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze. O primeiro quadrimestre de dois mil e catorze já foi avaliado e apresentado no dia trinta de maio de dois mil e catorze. O segundo quadrimestre ele será apresentado na próxima reunião do Conselho em setembro. E o terceiro quadrimestre e acumulado de dois mil e catorze será apresentado na ducentésima sétima reunião que ocorrerá em fevereiro de dois mil e quinze. Como objetivo estratégico de número dois: acompanhar a implementação do decreto número sete mil quinhentos e oito do ano de dois mil e onze e da lei complementar um quatro um de dois mil e doze. Esse indicador é feito através de agenda específica elaborada pela SESA e a meta é a assinatura do contrato organizativo da ação pública de saúde (COAP) até julho de dois mil e treze. Essa questão foi discutida e analisada juntamente com a SESA, precisamente na pessoa da Sra. Marise, foi sugerido e é preciso que o Conselho pactue com essa sugestão, pois não é o Conselho quem assina este contrato, só acompanha, então quando foi elaborado este planejamento estratégico, passou despercebido e agora olhando atentamente, foi observado este erro e foi sugerido alterar para: participar em cem por cento de eventos e reuniões relativos ao contrato organizativo da ação pública de saúde (COAP). Objetivo estratégico três: garantir o cumprimento das deliberações e resoluções do CES PR. O indicador utilizado é a percentagem de deliberações e resoluções cumpridas e a meta é de cem por cento. O objetivo estratégico três é a avaliação de cem por cento das deliberações e resoluções cumpridas, todas as resoluções deliberadas pelo Pleno do CES PR foram feitas, homologadas e publicadas em Diário Oficial garantindo assim o cumprimento de todas as deliberações do CES PR. Objetivo estratégico quatro: garantir o cumprimento das deliberações das Plenárias, das temáticas e das Conferências gerais. O indicador utilizado para garantir esse cumprimento é o plano Estadual de saúde e tem como meta cem por cento das deliberações relacionadas diretamente a área de saúde. Avaliação: cem por cento das deliberações relacionadas diretamente a área de saúde. O inicio do acompanhamento foi realizado com base no relatório final da décima Conferência Estadual de saúde do Paraná. O objetivo estratégico cinco: intensificar capacitações para conselheiros de saúde do estado conforme politica de educação permanente para o controle social do SUS. E o indicador utilizado também é o percentual de capacitações realizadas. Meta: cem por cento das capacitações realizadas. Foi encontrado o mesmo problema do COAP, uma meta estabelecida de maneira incomensurável. Sendo: uma capacitação para o CES PR, vinte e duas capacitações para facilitadores e trezentas e noventa e nove Conselhos municipais de saúde capacitados, totalizando quatrocentas e vinte e duas capacitações. Sugerimos a alteração da meta, de vinte e duas capacitações de facilitadores para uma capacitação para vinte e dois assessores para o controle social e também alterarmos das trezentas e noventa e nove Conselhos municipais capacitados para uma capacitação por regional de saúde para os Conselhos regionais de saúde. Esse foi o melhor entendimento deste objetivo estratégico. Avaliação, capacitações realizadas através do curso de capacitação de conselheiros municipais e estaduais de saúde, curso realizado até então, nas primeira, terceira, nona, décima segunda e décima regionais de saúde. E em andamento o projeto e o edital de realização deste mesmo curso de capacitação nas segunda, décima, décima quinta, décima sexta e vigésima segunda regionais de saúde, este se encontra protocolado e em tramitação na SESA. Objetivo estratégico número seis: aperfeiçoar o relacionamento com os poderes constituídos bem como com os setores relevantes não representados no CES PR. O indicador utilizado é através da agenda mínima do CES PR. Meta: um encontro anual com o Ministério Público e um encontro anual com o Tribunal de Contas. Também há

uma sugestão de troca da meta da citada, para: uma visita anual ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. E para esta condição há o seguinte: uma reunião realizada pela ex-presidente Joelma com o Dr. Marco Antônio Teixeira no Ministério Público em janeiro de dois mil e catorze, esta reunião foi em relação ao FUNEAS para apresentação naquela reunião extraordinária deste ano. Conversa realizada com o Dr. Antônio Garcez com a promotora Michele Ribeiro Moroni Fontana no Ministério Público em agosto de dois mil e catorze. Participação do Dr. Marco Antônio Teixeira na primeira reunião extraordinária do CES PR sobre a FUNEAS e a participação da Dr. Michele na quinta Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Marcelo Montanha. Objetivo estratégico sete: ampliar e fortalecer a Secretaria Executiva do Conselho, o indicador utilizado para este objetivo é: espaço físico adequado, porcentagem de equipamentos, porcentagem de ampliação do quadro funcional. Metas: foram decididas na ocasião que teria uma sala de recepção, uma sala para a Secretaria Executiva, uma sala de reunião, seis salas para Comissões, uma sala de apoio técnico: apoio jurídico, apoio contábil e apoio de comunicação, reposição de um servidor de nível profissional, a ampliação do quadro com dois servidores para apoio administrativo, a possibilidade de ter um jornalista, um advogado, um motorista e um veículo. Avaliação apurada pela Secretaria Executiva: considerando que uma sala da Secretaria Executiva e uma sala de reunião já existiam anteriormente ao planejamento estratégico, não houve a ampliação e o fortalecimento na Secretaria Executiva do Conselho, ainda há necessidade de uma sala de recepção, já citamos que há uma sala para a Secretaria Executiva como um todo e uma sala de reunião. Há necessidade das seis salas para Comissões, uma sala de apoio técnico para apoio jurídico, contábil e de comunicação, carecem da reposição de um servidor de nível profissional, a ampliação do quadro com mais dois servidores para apoio administrativo junto a Secretaria Executiva, bem como há necessidade de um jornalista, um advogado, um motorista e um veículo. Objetivo estratégico número oito: promover o funcionamento adequado do Pleno e das Comissões do Conselho Estadual. O indicador é o Regimento Interno revisado e adequado às necessidades do Conselho. Meta: é a aprovação do novo Regimento Interno. A avaliação é que foi composta para este Regimento Interno, uma Comissão de apoio com os seguintes conselheiros: Livaldo Bento, Luiz de Mauro (que não é atualmente conselheiro), Manoel Rodrigues do Amaral, a Malu, o Sr. Nelson Mayrink Giasante, o Sr. Sezifredo, Sra. Wanderli Machado e a Zuleide Bezerra Dalla Costa. Foi feita a revisão e análise do Regimento Interno na primeira reunião extraordinária do Conselho que ocorreu em fevereiro de dois mil e treze e na quarta reunião extraordinária ocorrida em onze de abril de dois mil e treze. O Regimento Interno foi publicado através da Resolução número dez de dois mil e treze. Em relação à perspectiva financeira: os objetivos são: objetivo estratégico um: fortalecer a participação em movimentos de defesa de mais recursos para o SUS. O indicador utilizado foi a participação do Conselho nestes movimentos e a meta número de participações em eventos relacionados ao financiamento do SUS. A avaliação é em relação ao financiamento, foi feita através de oficinas regionais e os vinte e cinco anos do SUS que ocorreu nos dias oito e nove de agosto que contou com a participação de nove conselheiros do CES PR. **(F9)** Demais eventos de participação dos conselheiros tanto de dois mil e treze quanto de dois mil catorze, relacionando-os na tela. O objetivo estratégico dois: analisar, propor e deliberar sobre a proposta orçamentária para a saúde. O indicador utilizado é a proposta orçamentária já deliberada. E a meta é deliberar cem por cento destas propostas. A avaliação á através de fiscalização e avaliações realizadas por meio das apresentações dos instrumentos de gestão nas reuniões das Comissões e Plenárias do CES pela SESA. E cem por cento destas propostas são deliberadas, conforme as agendas. Objetivo estratégico três: acompanhar a execução orçamentária e financeira tendo como indicador o relatório de gestão quadrimestral apresentado e tendo como meta cem por cento do relatório apresentado. Também foi sugerida a alteração desta meta: de cem por cento do relatório apresentado para analisar cem por cento do relatório apresentado. A avaliação foi feita por

meio dos relatórios quadrimestrais de gestão. E apresentado relatório do primeiro quadrimestre de dois mil e catorze na ducentésima nona reunião ordinária do Conselho sendo cem por cento apresentados e analisados. Objetivo estratégico quatro: garantir recursos financeiros suficientes para execução das ações do Conselho. Indicador utilizado é porcentagem de execução da programação do Conselho e a meta utilizada é cem por centro desta programação realizada. Os eventos listados são: a eleição e posse da mesa diretora que ocorreu no dia vinte e oito de fevereiro, o relatório quadrimestral de gestão que também foi realizado no dia vinte e oito de fevereiro, apresentação, apreciação e aprovação do RAG de dois mil e treze que ocorreu no dia vinte e sete de março deste ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias a LDO, no dia vinte e quatro de abril deste ano, o Seminário de Comunicação para Fortalecimento da Política do SUS que ocorreu no dia vinte e oito de maio, o relatório quadrimestral de gestão que ocorreu no dia trinta de maio, a Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador que ocorreu nos dias seis, sete e oito de junho, a Plenária Estadual de Conselhos ocorrida no dia vinte e seis de julho e Avaliação do Planejamento Estratégico que está sendo feita agora. Objetivo estratégico cinco: acompanhar a alocação de recursos para municípios com menor fator de redução das desigualdades regionais. O indicador utilizado até então é municípios com menor FRDR e maior alocação destes recursos. E a meta é cem por cento destes municípios com este menor fator de redução. Também foi feita sugestão de alteração deste indicador que de municípios com menor fator de redução e maior alocação de recursos para relatórios quadrimestrais e uma proposta de alteração da meta de cem por centro destes municípios com este menor fator para analisar cem por cento dos relatórios quadrimestrais. A avaliação é feita através de fiscalizações e avaliações realizadas por meio destas apresentações dos instrumentos de gestão nas reuniões das Comissões e pela Secretaria de Estado de Saúde. E cem por cento dos relatórios quadrimestrais analisados. Perspectiva de processo. Objetivo estratégico: descentralizar as ações do CES PR nas macros regiões de saúde para articulação com os Conselhos municipais de saúde. O indicador utilizado é porcentagem de reuniões do Conselho descentralizadas. E a meta é uma reunião macrorregional por ano. Avaliação que está sendo feita até então, é o processo licitatório para realização de reunião descentralizada no município de Cascavel, que foi protocolado e ainda encontra-se em andamento dentro da SESA. Objetivo estratégico dois: cumprir a agenda mínima e os prazos dos instrumentos de gestão. O indicador utilizado é porcentagem de prazos cumpridos e a meta, cem por cento dos prazos estabelecidos. Também consta uma proposta de alteração da meta. De cem por cento dos prazos estabelecidos para cumprir cem por cento dos prazos estabelecidos. A avaliação é de que cem por cento dos prazos estabelecidos foram cumpridos. Objetivo estratégico três: democratizar a informação para melhoria do controle social. Indicador e meta: boletim bimestral e uma web Conferência anual. Avaliação: foi realizada uma web Conferência com os Conselhos municipais de saúde, para tratar de assuntos relativos à Plenária Estadual de Conselhos e ela foi realizada no dia dezesseis de junho deste ano. E todas as atividades do Conselho são divulgadas mensalmente dentro do site do Conselho. Objetivo estratégico número quatro: definir e normalizar critérios de participação em eventos de interesse do Conselho. Indicador: resolução. E a meta: definir uma resolução com estes critérios. Avaliação foi realizada uma resolução que normatiza esses critérios de participação em eventos e esta resolução é a de número vinte e um do ano de dois mil e treze e ela foi publicada no Diário do Estado em quatro de setembro do ano de dois mil e treze. Objetivo estratégico número cinco: concluir o processo de revisão do Regimento Interno do Conselho. Indicador: cem por cento deste Regimento Interno e a meta de cem por cento. O Regimento foi revisado e avaliado por uma Comissão de apoio com os seguintes conselheiros: Livaldo Bento, Luiz de Mauro (que não é atualmente conselheiro), Manoel Rodrigues do Amaral, a Malu, o Sr. Nelson Mayrink Giasante, o Sr. Sezifredo, Sra. Wanderli Machado e a Zuleide Bezerra Dalla Costa. Foi feita a revisão e análise do Regimento Interno na primeira reunião extraordinária do Conselho que ocorreu em fevereiro de dois mil e treze

e na quarta reunião extraordinária ocorrida em onze de abril de dois mil e treze. O Regimento Interno foi publicado através da Resolução número dez de dois mil e treze. Objetivo estratégico seis: estimular a participação das entidades ao cumprimento responsável de sua representação no Conselho. Indicadores e metas em vermelho. Indicador: porcentagem assiduidade e meta de cem por cento. Porcentagem de pontualidade nas atividades do CES e meta de cem por cento. Porcentagem de frequência das entidades nas Comissões em cem por cento. Porcentagem de temas agendados pelas entidades conselheiras e meta em cem por cento. Proposta de alteração dos indicadores e metas: porcentagem de frequência das entidades nas comissões e reuniões do Pleno. Tendo cem por cento como meta. Porcentagem de temas agendados pelas entidades conselheiras, meta de cem por cento. Avaliação: oitenta por cento de frequência dos conselheiros nas atividades relativas ao CES PR. E zero por cento de temas agendados pelas entidades conselheiras no ano de dois mil e catorze. Objetivo estratégico número sete: acompanhar o perfil sócio epidemiológico do estado. Indicador é a agenda específica. E a meta é acompanhar cem por cento dos indicadores de saúde selecionados. Avaliação: foi feita através do perfil sócio epidemiológico acompanhado por meio das apresentações feitas pela SESA ao Conselho, foi feito cem por cento de acompanhamento. Objetivo estratégico número oito: realizar Conferências de saúde. Indicador utilizado é porcentagem das Conferências realizadas e a meta é de cem por cento das Conferências. Realizar três Conferências temáticas, com os seguintes temas: Saúde da Pessoa com Deficiência, Saúde da População Idosa e Saúde da População Negras, além da Conferência Estadual e outras que por ventura podem ocorrer. Foi avaliado da seguinte forma: sessenta e seis por cento das Conferências até então realizadas, sendo elas: a Conferência da População Negra que ocorreu em dois mil e treze, bem como da Idosa que ocorreu em dois mil e treze. Da pessoa com deficiência está agendada para vinte e nove de outubro e além dessas foram realizadas Seminários como o de DST/AIDS no ano de dois mil e treze, o Seminário de Fortalecimento da Política do SUS e também a quinta Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Foi colocado para deliberações. **Sra. Rosalina (ASSEMPA)** informou que na capacitação foi colocado os conselheiros, mas que dentro deste público, foi capacitado o Secretário Executivo dos Conselhos Municipais de Saúde. Pede para acrescentar. Cita também a resolução de mudança do logo do Conselho foi apresentado e foi uma ação que o Conselho tomou e precisa ser colocado no planejamento estratégico. E faltou separar os eventos de vinte anos do Conselho e o Seminário de Fortalecimento do SUS, pois foram dois eventos separados. Ela queria solicitar a inclusão no planejamento estratégico uma sugestão que surgiu na comissão de educação permanente a criação de um grupo dentro da Secretaria de Comunicação junto com o núcleo de comunicação da SESA para fazer análise das ações, das atas das Comissões. Ela comentou que as Comissões deviam reunir suas atas, pois se sabe que produzem muitas coisas boas. Então pede que seja colocada no planejamento estratégico mais esta ação para fortalecimento do controle social. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que os dois primeiros pontos são para acréscimos no planejamento estratégico, pois foram eventos dos quais todos participaram, mas a proposta de inclusão da nova meta deve ser analisada e deliberada. **Sr. Jeremias (UEL)** avaliou positivamente o trabalho de análise do planejamento estratégico, mas gostaria de informar que ficou preocupado quanto à infraestrutura do CES, pois é algo que sempre foi reivindicado e se pergunta se justifica reivindicar uma estrutura tão grande, uma sala para cada comissão, não vê que é viável pensar numa sala que será utilizada pouco por cada Comissão. É necessário pensar em utilizar forma mais coerente os recursos públicos que já são escassos. Bem como um motorista, informa que não acha razoável ter um motorista disponível para o Conselho sendo que não será utilizado o período integral. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** faz suas considerações sobre as observações e informa que quando o planejamento estratégico é avaliado, revê-se algumas metas para ajustes, e que em degrau a degrau vai-se cumprindo as metas conforme pode ser feito. Voltou a palavra ao Mauricio

para que ele reveja as propostas de mudanças do planejamento estratégico. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** retoma os pontos a serem avaliados. Meta do objetivo estratégico número dois: acompanhar a implementação do decreto número sete mil quinhentos e oito do ano de dois mil e onze e da lei complementar um quatro um de dois mil e doze. Esse indicador é feito através de agenda específica elaborada pela SESA e a meta é a assinatura do contrato organizativo da ação pública de saúde (COAP) até julho de dois mil e treze. Essa questão foi discutida e analisada juntamente com a SESA, precisamente na pessoa da Sra. Marise, foi sugerido e é preciso que o Conselho pactue com essa sugestão, pois não é o Conselho quem assina este contrato, só acompanha, então quando foi elaborado este planejamento estratégico, passou despercebido e agora olhando atentamente, foi observado este erro e foi sugerido alterar para: participar em cem por cento de eventos e reuniões relativos ao contrato organizativo da ação pública de saúde (COAP). Passou a palavra a Sra. Marise por ela entender melhor do que se trata o COAP. **(F10) Sra. Marise (SESA)** explicou que está como meta: “assinar o contrato”, mas quem assina o contrato é a esfera municipal, esfera estadual e esfera federal, ou seja, não é o Conselho quem assina o contrato. Mas a função do Conselho é acompanhar isso. O contrato hoje, não está assinado no Paraná, mas a questão agora é a meta do Conselho, que deve ser revista uma vez que deve estar voltada a participar e acompanhar os trabalhos relativos ao COAP. **Sra. Irene (FESMUC)** falou em colaboração a Sra. Marise, pois se o papel do Conselho é acompanhar, então a sugestão não dá conta, deve ser colocado “acompanhar e participar” porque não se trata só de eventos, se participarem só dos eventos fica muito social, quando o papel do Conselho é também político. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** relê que a meta consiste em participar em cem por cento. **Sra. Irene (FESMUC)** rebate que não devem apenas participar e sim acompanhar também. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concorda e coloca em votação. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** questiona que se o COAP tem todas as questões de identificar as necessidades locais, de criar critérios de avaliação, de avaliar estratégias para avaliação dos serviços de saúde, como o Conselho poderá apenas participar dos eventos? Se estiver sendo feito um contrato organizativo cabe ao Conselho entender o que o COAP fará, como mensurará, quais serão seus objetivos. Sugere que seja inclusive pauta permanente no Pleno ou em alguma Comissão. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** sugere que a redação da meta seja: “participar, acompanhar e emitir pareceres..” pois para emitir pareceres entende-se que o evento e a reunião, teve participação do CES, foi deliberada e dada sua opinião. **Sra. Wanderli (CRESS)** falou sobre o financiamento, que lembra na época do planejamento estratégico, tinha participar do Movimento Saúde mais dez, e foi dito que não era o único, poderiam surgir outros. Mas ela acha que há uma contradição o Conselho reivindicar do governo federal e no âmbito estadual tem sido condescendente aprovando sem cumprimento da meta de financiamento para a saúde. E tem receio de que o Conselho seja corresponsabilizado uma vez que o Tribunal de Contas não aprova as contas do governo estadual, mas o conselho aprova. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que ao chegar neste tópico será revisto. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** informa a proposta de alteração do objetivo estratégico cinco. Meta, de vinte e duas capacitações para facilitadores para uma capacitação para vinte e dois assessores para controle social, de trezentos e noventa e nove conselheiros municipais capacitados para uma capacitação por regional de saúde para os conselhos municipais de saúde. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concorda e coloca em votação, sendo aprovado o texto citado a pouco. Sr. Antônio volta e pede a votação do texto do COAP, que foi aprovado. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** informa a proposta de alteração do objetivo estratégico seis: de um encontro anual com o Ministério Público e um encontro anual com o Tribunal de Contas. Para: uma visita anual ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. **Sra. Wanderli (CRESS)** disse que não concorda pois a visita é feita pela mesa diretora e acha que na verdade o Ministério Público e o Tribunal de Contas devem vir a reunião do Pleno. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** concorda com a Sra. Walderli. **Irene (FESMUC)** informou que não concorda com a pouca periodicidade de

reuniões com o Ministério Público e com o Tribunal de Contas, pois no seu ponto de vista deve ser no mínimo uma vez ao ano e sempre que necessário. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concorda com os apontamentos e coloca em votação. Aprovado. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** informa a proposta de alteração do objetivo estratégico sete. Informa que este planejamento estratégico foi desenvolvido por esta gestão e que apenas estão reavaliando, não que a secretaria executiva não tenha necessidades de infraestrutura e número de funcionários, mas concorda que a estrutura deve ser realista. Esclarece que no quadro de funcionários trabalha com alguns estagiários e que encontra dificuldade em contratar esta mão de obra que está iniciando no mercado de trabalho por não encontrar perfil adequado no mercado. Também explicou que faltam computadores para trabalhar, mas que dependem de pontos de rede e que a isso cabe licitação. Explica ainda que quanto ao jornalista, que o Conselho depende da Comunicação Social da SESA, pois o estagiário de Comunicação teve seu contrato encerrado e ainda não encontraram outro profissional no mercado. O mesmo acontece quando a solicitação de um advogado, pois sempre o Conselho se vale da Assessoria Jurídica da SESA. Em relação aos dois servidores para ampliação do quadro, é para não depender da contratação de estagiários, pois estes concursados terão mais responsabilidades e a condição profissional é maior, por já ter experiência no mercado. A questão do motorista e veículo, hoje é utilizada serviços de transporte que dependem de licitação ou empenho. Sr. Mauricio concorda que no caso de motorista e veículo pode ser mantida através de licitação ou empenho por não utilizar diariamente os serviços. As seis salas de comissões, também hoje dependem de licitação e empenho, bem como as reuniões do Pleno. E que se a estrutura vier a aumentar, contemplando estas salas, com certeza reduziria os custos fixos de manutenção do Conselho. **Irene (FESMUC)** concordou com a explanação do Secretário executivo e endossou a contratação de dois servidores de carreira para a secretaria executiva em substituição aos estagiários. Propõe que se mantenha a proposta como está, pois salas para as reuniões das Comissões seriam bem vindas, uma vez que muitas vezes atrapalharam o andamento da rotina diária da secretaria executiva quando da feitura de uma reunião mensal das comissões. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** disse que quanto ao veículo, fazendo a análise de custo e benefício, não compensa. **Sr. Barrichello (MOPS)** concordou com todos os pleitos da secretaria executiva. **(F11)** Endossou o uso do veiculo, pois muitas vezes os conselheiros precisam de locomoção e isso seria ótimo para todo o Conselho. **Sr. Jonas (CUT)** acrescentou que o Conselho deve ter autonomia e hoje não há esta autonomia devido ao espaço físico e demais atividades. **Sra. Wanderli (CRESS)** questionou como estão sendo utilizadas as salas da FUNPAR. Se tem contrato, convênio, para uso das Comissões. E como segunda questão, colocou a situação dos estagiários onde concorda que estagiário não substitui colaborador mesmo, porém é uma função do SUS abrir as portas para os estagiários. E elogiou o posicionamento do secretário executivo quando afirmou que precisa sim de servidores concursados. **Sr. Jeremias (UEL)** endossou que não se deve pensar em uma super estrutura, e que a FUNPAR tem cedido espaços ótimos para trabalho das Comissões. Sugere que seja utilizada a estrutura da Escola de Saúde Pública que está passando por reformas, até uma estrutura compartilhada com a Escola, inclusive, advogado, jornalista. E levanta a questão de que futuramente deve-se pensar em vídeo Conferências para a realização do trabalho do Conselho, por ser uma opção mais econômica. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** endossa a questão de estagiários não atenderem as necessidades da secretaria e apoia a contratação de dois servidores contratados. Fala que é preciso um planejamento para mudança de estrutura física. Mas a questão do jornalista ele considera imprescindível para manter o site do Conselho em dia, melhorar a comunicação e busca de informações no site, para maior divulgação dos debates das Comissões pois é importante a troca de informações para as deliberações ficarem melhor subsidiadas. Quanto ao veiculo, desde sempre escuta esta reivindicação, porém escuta as pessoas falarem que não é importante, mas defendeu a utilização de um veiculo não só para o Pleno mas

principalmente para a Secretaria Executiva e citou o caso de uma ocorrência de precisar levar um documento para o presidente do Conselho assinar e por falta de veículo este documento atrasou, gerando a destituição do cargo da pessoa na ocasião. Sugere ao Sr. Mauricio que pontue as necessidades da secretaria do conselho, pois sabe que faltam muitas coisas, mas há coisas que podem ser relevadas e pede que seja avaliado o custo benefício das necessidades. **Sra. Rosalina (ASSEMPA)** sugere que bem como a contratação de servidores é importante assim como capacita-los para poderem entender a importância do Conselho e do Controle Social. Observou que por falta destes profissionais não permite que os membros da Secretaria Executiva possam participar em todos os eventos, o que prejudica esses eventos, pois são estes colaboradores que auxiliam os participantes, esclarecendo dúvidas e orientam os participantes. Informou que o Dr. Rene disse que haveria investimento com recursos previstos nas Secretarias Executivas dos Conselhos Municipais e que dentro da proposta encaminhada ao Dr. Rene, estava contemplada a Secretaria Executiva do Conselho estadual. **Sr. Sezifredo (SESA)** informa que a SESA está trabalhando numa nova estrutura para o Conselho, incluindo a Secretaria Executiva, para o edifício onde está a Escola de Saúde, prevendo a mudança do Conselho para um anexo a este edifício. Mas que isto não deve ocorrer já, mas provavelmente na próxima gestão. Quanto aos servidores pleiteados, tanto jornalista, advogado, é importante que seja questionado o porquê desta contratação. Não deve ser feito de forma aleatória ou genérica e sim com garantia de que o recurso está sendo bem aplicado com a contratação de servidores que serão de fato utilizados pelo departamento solicitante. Ele informou que a SESA adquiriu os equipamentos para Videoconferências e com isso conseguiu economizar muito com as reuniões por vídeo com as regionais de saúde. E pediu que o conselho pensasse em estratégias de comunicação deste porte para facilitar o trabalho dos conselheiros. Novamente falando sobre os Recursos Humanos pleiteados pelo objetivo citado, coloca em questão se há realmente necessidade de um jornalista e de um advogado em tempo integral, pois não ve esta necessidade. **(F12)** Concorda que o Conselho deve ser autônomo, independente inclusive da SESA. Quanto ao veículo, acredita que sempre que for necessário, pode ser utilizado os veículos da SESA, pleiteando junto a Administração. Citou que a SESA está fazendo a previsão de orçamento e que este é o momento de colocar estes custos no orçamento em elaboração. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** coloca em votação de quem é favorável a manter o texto da maneira como está no planejamento estratégico. Colocou em votação quem era favorável a mudança do texto. Aprovado manter o texto. Pediu aos conselheiros maior objetividade, pois perdeu-se muito tempo para discutir coisas parecidas passou a palavra a Secretaria Executiva para responder a questão das salas da FUNPAR. **Sr. Fabio (SESA)** explicou que as salas da FUNPAR no passado, eram feitas através de empenhos mensais, mas que atualmente estão sendo contratadas através do próprio Hotel. Ou seja, na licitação do Hotel são solicitadas um determinado número de salas de reunião que podem ser fora do local do Hotel. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** informa a proposta de alteração de indicador. De: Municípios com menor FRDR e maior alocação de recurso para relatórios quadrimestrais. E também proposta de alteração da meta de cem por cento dos municípios com menor fator para analisar cem por cento dos relatórios quadrimentrais. Uma vez que este indicador já está contemplado no relatório quadrimestral. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** coloca em votação. Aprovado a alteração. **Sr. Mauricio (Secretaria Executiva)** informa a proposta de alteração de meta do objetivo estratégico dois: cumprir a agenda mínima e os prazos dos instrumentos de gestão. Meta de: cem por cento de prazos preestabelecidos para: cumprir cem por cento dos prazos estabelecidos em relação ao objetivo estratégico dois. Porcentagem de pontualidade nas atividades do CES e meta de cem por cento. Porcentagem de frequência das entidades nas Comissões em cem por cento. Porcentagem de temas agendados pelas entidades conselheiras e meta em cem por cento. Proposta de alteração dos indicadores e metas: porcentagem de frequência das entidades nas comissões e reuniões do Pleno. Tendo cem

por cento como meta. Porcentagem de temas agendados pelas entidades conselheiras. **Sr. José Leite (SINDPREVI)** apoia esta meta e incentiva que seja exigida a cobrança da presença dos representantes das entidades, pois assiste frequentemente a justificativas e quando de uma decisão importante o não assíduo quer mostrar argumentos com belos discursos para convencimento. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** coloca em votação de quem é favorável a manter o texto da maneira como está no planejamento estratégico. Colocou em votação quem era favorável a mudança do texto. Aprovado alterar o texto. Neste momento, é retomado o assunto das propostas a serem entregues aos candidatos ao governo do Estado do Paraná. **Sra. Wanderli (CRESS)** questionou a possibilidade de colocar no planejamento estratégico um objetivo de cobrar do governo o cumprimento da Lei referente aos doze por cento de investimento em saúde e a reposição dos percentuais faltantes até então. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** sugere deixar para a Comissão de Orçamento auxiliar na elaboração de um texto acerca deste assunto e trazer para a próxima plenária para votação e inserção no planejamento estratégico e todos concordam. Passa a palavra para a Sr. Rosalina, alertando ao fato do tempo estar esgotando e prejudicando as falas das Comissões. **Sra. Rosalina (ASSEMPA)** informa que a Comissão de Educação Permanente precisa discutir melhor o tema sobre a capacitação do planejamento estratégico e que encaminharam a proposta na próxima reunião. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** retoma o assunto das propostas, e pede a todos que acompanhem a leitura das propostas alteradas. Faz a leitura do cabeçalho e apresentação das novas propostas. E em seguida lê as propostas propriamente ditas: Um: garantir o compromisso do governo do estado em manter a dotação orçamentária e o repasse dos recursos da saúde conforme previsto na Lei Complementar número um quatro um de dois mil e doze nos projetos e propostas, ações e convênios já pactuados e aprovados pelo CES Pr. Dois, realizar a avaliação do impacto nos indicadores de saúde com as ações nas seguintes redes, constantes no plano Estadual de saúde do estado do Paraná: Rede Mãe Paranaense, Rede Paraná Urgência, Rede da Saúde Bucal, Rede da Pessoa Idosa, Rede da Pessoa com Deficiência, Rede de Saúde Mental, Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e Centros de Atendimento à Pessoa Idosa, trazendo esta análise para o Conselho Estadual de Saúde do Paraná para debate e deliberação com vistas à elaboração do plano estadual de saúde dois mil e dezesseis a dois mil e vinte. Terceiro, realizar a avaliação do impacto nos indicadores de saúde com as ações desenvolvidas nos seguintes programas: APSUS (Atenção Primária no SUS), Programa de Qualificação de Atenção Primária o COMSUS, Programa de Apoio aos Consórcios de Saúde HOSPSUS, Programa de Apoio aos Hospitais Públicos VIGIASUS, Programa de Apoio a Vigilância Sanitária e Farmácia do Paraná para a construção do plano estadual de saúde dois mil e dezesseis a dois mil e vinte com os debates e deliberações do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Quarto, criar e implantar a política Estadual de atenção hospitalar integrada as redes de atenção à saúde. Cinco, implementar os centros de especialidades médicas e odontológicas no estado do Paraná. Sexto, compromisso de realização do concurso público para ampliação do quadro funcional para garantir o pleno funcionamento das atuais estruturas da Secretaria Estadual de Saúde e a abertura de novos serviços, garantindo assim equipes completas na atenção à saúde. Sétimo, reconhecer o CES Pr como instância deliberativa na formulação de estratégias e formulação das políticas de saúde, inclusive aspectos econômicos e financeiros, bem como, os prazos regulamentares para apreciação dos instrumentos de gestão. Oitavo, exigir qualificação técnica para os cargos de gestão em saúde. Nono, avaliar a política de educação permanente na saúde para ampliar ações desenvolvidas nessa área. Décimo, manter e ampliar a política Estadual de saúde do trabalhador com campanhas permanentes de prevenção sobre as doenças e acidentes decorrentes do trabalho. Onze: aumentar o investimento na Rede Saúde, no Centro de Produção de Pesquisas de Doenças Imunobiológicos (CPPDI), Laboratório Central do Paraná (LACEN). **Sr. Jeremias (UEL)** não concordou com a alteração feita nas propostas dois e três, dizendo que as descaracterizou e

que não se trata de uma carta de intenção e sim reivindicações a serem feitas ao governo do estado. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questionou se tinha alguém contrário a mudança de carta de intenção para carta de compromisso, ninguém se opôs. Quanto às propostas dois e três sugeriu para o Sr. Jeremias que então o texto ficasse: "manter e ampliar, realizando a avaliação" e o Sr. Jeremias concordou. **(F13)** Porém houve contradição entre os demais participantes. SR. Antônio recolocou em votação. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** pediu a palavra e informa por ter sido a pessoa que sugeriu a alteração, justifica seu pleito, pois se na avaliação o Conselho verificar que determinada ação não está apresentando o resultado desejado, a palavra manter no documento em questão irá amarrar qualquer atitude a ser tomada futuramente. **Sr. Jeremias (UEL)** não concorda com a justificativa. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** sugeriu então acrescentar: mantendo aqueles programas/ações que apresentarem indicadores satisfatórios. **Sr. Jeremias (UEL)** informa que analisando melhor o documento, percebeu que nas alterações estão sendo imbuídas ao governo, responsabilidades que seriam do Conselho. Pois avaliar e dar pareceres sobre os programas compete ao CES PR e não ao possível governador. Ele tem que facilitar essa avaliação e isso seria outro processo, pois mediante o resultado da avaliação dos programas, aí sim o governo terá como tomar ações de continuidade ou de sanção. **Sra. Marise (SESA)** sugeriu que fosse retomado o texto original e colocar ao termino do texto: com avaliação permanente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. **Sra. Wanderli (CRESS)** apoiou a sugestão da Sra. Marise, mas reforçou que não pode extinguir o termo avaliação. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** informou que como está em vias de preparar o novo plano estadual de saúde, deve-se combinar o termo avaliação com o plano estadual, independente da fase de implementação, pois é neste ponto que o Conselho entra para analisar os critérios desta avaliação por fase de implementação. Concordou com o texto da Sra. Marise, porém acredita que falta complementar. **Sra. Marise (SESA)** sugeriu que se coloque ao término do texto: com avaliação permanente dos indicadores junto Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Pois já foi citado anteriormente o plano estadual, no mesmo texto. O texto então ficaria: manter e ampliar as ações nas seguintes redes, já constantes no plano Estadual de saúde do estado do Paraná: Rede Mãe Paranaense, Rede Paraná Urgência, Rede da Saúde Bucal, Rede da Pessoa Idosa, Rede da Pessoa Portadora de Deficiência, Rede de Saúde Mental, Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e Centros de Atendimento à Pessoa Idosa, com avaliação permanente dos indicadores junto Conselho Estadual de Saúde do Paraná para elaboração do novo plano estadual de saúde. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)**, lembrou a todos que o texto da proposta três é igual a dois, substituindo as redes pelos programas. Colocou em votação. Sendo aprovado. Quinto assunto: Relatório. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)**, disse: "Como já estamos atrasados, o relatório é um pouco grande, eu queria deixar bem claro aqui que todos os conselheiros que participarem de qualquer evento tem que apresentar um relatório do que aconteceu no evento só que hoje, por motivos extras, vai ser difícil apresentar. Inclusive está ali, mas não vou ler para não tomar tempo. Porque temos almoço e já está na hora do almoço. Então tem uma dificuldade muito grande". Sr. José Leite sugeriu ao Sr. Neto que todos os relatórios de Comissões fosse colocado junto com as memórias pois todos tem acesso ao site e a sugestão foi acatada. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)**, disse: "Só que eu gostaria de colocar algo que vai acontecer. Alguém vai chegar amanhã e falar: vocês estão sabendo quando vai sair a conferência nacional? Estão sabendo? Estão sabendo das etapas Estadual e Municipal? Nas oficinas, dentro deste relatório está. E agora só eu não posso apresentar o relatório porque eu tenho que colocar na memória e o que vai acontecer? Amanhã alguém vai chegar amanhã: Você sabia que a Conferência era em novembro? Você sabia que a etapa era...". **Sr. José Leite (SINDPREVI)** o interrompe e fala que isso são detalhes que deve ser passado para a Executiva que coloque na página do Conselho como chamado informando as etapas das conferências. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)**, disse: "Desculpa, só que eu quero fazer o seguinte, no meu relatório

está, então estou colocando relatório das oficinas onde saiu as etapas, tudo certinho, eu queria passar para você. Porque eu não sou como outros que chega um papel e deixa ali, para alguém depois ler. Eu gosto de apresentar, agora diz que não tem tempo, então não vou apresentar, mas fica justificado que não vu apresentar porque não deu tempo de apresentar. Então quando alguém falar que participou de algum evento e não fez prestação de contas, não venham cobrar de mim. Porque parece que aqui dentro todo mundo é professor, agora mesmo aconteceu Jose Leite, o Mauricio mandou por e-mail para que todo mundo mandasse contribuição para as propostas. Quem mandou? E agora ficam três horas discutindo a mesma coisa. Então não adianta vir me dar aula que aqui não é lugar de aula". **Sr. José Leite (SINDPREVI)** informa que não teve a intenção de dar aula alguma e que acha o Sr. Manoel muito capaz **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)**, solicitou aos senhores Elaine, Jeremias e mais algumas pessoas para fazerem a verificação do material com as propostas para se certificarem de que está correto. Como o horário está estourado, pediu para os assuntos a serem deliberados urgentes que sejam feitos de maneira breve para não eliminar o horário de almoço. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou que a Comissão de Saúde do Trabalhador, possui três demandas urgentes: a primeira é ficar atento, pois pode mudar a data devido a problemas de local da Conferência nacional, pediu para a secretaria executiva observar isso, pra não ter problemas com a compra das passagens. Segundo ponto, inclusão de pauta no pleno sobre "Brucelose", pois houve surto numa cidade do interior que contaminou mais de vinte trabalhadores e pode chegar às cidades, para acompanhar novos casos no estado. Terceiro, pede inclusão de pauta, que é a comunicação oficial sobre o acordo da Contag e o Ministério da Saúde em relação aos CERESTs rurais. Informou que estão na memória das atas. E falou sobre a Conferência temática da pessoa com deficiência, pediu para aprovar o regimento e o regulamento na próxima reunião por faltar pouco tempo para a reunião, pediu para serem abertas as inscrições antecipadamente uma vez que precisam mapear quem participará e que tenha necessidades especiais, incluindo acompanhante. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)**, informou que tudo o que está na memória será resgatado e encaixado nas pautas já previstas. Colocou em votação sobre a inclusão na pauta da aprovação do regulamento e do regimento para a próxima reunião e foi aprovado. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou que serão distribuídas então as fichas de inscrição aos conselheiros e que tinham acrescentado à ficha os dados dos acompanhantes se for necessário trazer acompanhante. **Sr. Marcos Pinheiro (Fórum ONG AIDS)** questionou se as inscrições serão abertas, pois tem muitas pessoas de sua entidade que gostariam de participar. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou que sim, serão abertas e que comunicaram a todas as entidades necessárias. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)**, pediu a Comissão que elabore um bom texto de orientação sobre como fazer as inscrições e como será o evento para não gerar problemas e dúvidas aos participantes para ser colocado no site do Conselho. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** concordou e informou que irá citar as entidades levantadas para serem convidadas a participar. **(F14) Sr. Marcos Pinheiro (Fórum ONG AIDS)** informou que o convite para o Dr. Moacir Ramos e a enfermeira Cleia Ribeiro na próxima reunião da comissão e reforçar o convite da Dra. Betina para apresentação sobre tuberculose que era para ser feita na plenária, mas por estar tumultuado, pediu para passar para a próxima reunião. Comunicou também que os grupos Esperança e Fórum ONG AIDS estarão participando do Nono Fórum ONG AIDS que irá acontecer nos dias primeiro a três de setembro em Recife. **Antônio Pitol (Pastoral da saúde)** solicitou a inclusão de pauta para setembro ou outubro que seria Plano de Contingencia para o vírus Ebola a ser apresentado pela SESA. **Sra. Sonia M. Batista Krachenski (CREFITO)** informa que a Comissão de Acesso ao SUS, ao observar um relatório de auditoria que apontou irregularidades na Secretaria de Saúde de Araucária, onde haviam aprovado os RAG´s com ressalvas, mas essas não foram sanadas. Pediu ao Conselho que enviasse um oficio ao Conselho deste município questionando-os se tinham conhecimento desta auditoria e das irregularidades apontadas, até para que eles possam proporcionar e articular um diálogo

melhor entre os Conselhos Estaduais e Municipais. Pede também para ler este relatório e aprovar pelo Pleno. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que acredita que seja possível a Comissão fazer esta avaliação sem necessidade de passar pelo Pleno. E questiona se há algum conselheiro desfavorável ao envio deste documento ao Conselho Municipal. **Sra. Wanderli (CRESS)** sugeriu que a Comissão encaminhe o relatório para a Comissão Educação para o Controle Social, já que esta faz o acompanhamento do controle social e que assinem em conjunto este documento. **Sra. Sonia M. Batista Krachenski (CREFITO)** questiona se é possível então encaminhar o texto para a mesa diretora. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concorda que a Comissão envie para a mesa diretoria verificar a viabilidade. Fez às vezes da Comissão de Educação e que na última quinta feira houve a formatura da décima sétima regional de saúde dos conselheiros municipais de saúde do curso de capacitação. No dia onze de setembro às dez horas será a formatura do curso de capacitação da terceira regional de saúde de Ponta Grossa. No mesmo dia às dezoito horas na primeira regional na cidade de Paranaguá. No dia dezenove de setembro às dezoito horas na nona regional na cidade de Foz do Iguaçu. E que só está sendo aguardado, provavelmente para o dia vinte e sete de setembro a formatura da turma de Umuarama. Encerrou a sessão para o intervalo de almoço e pediu que todos retornem as catorze horas e dez minutos para dar continuidade a reunião com a apresentação da ordem dos candidatos ao governo do estado. **(F15)** O áudio dessa reunião está disponível para consulta na Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nessa reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).